ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA VIRTUAL DO CONSELHO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO - 26/08/2021.

Aos vinte e seis dias do mês de agosto de dois mil e vinte e um, às quatorze horas e seis minutos, no formato virtual, link http://meet.google.com/gqh-dkpf-qxj, participaram os seguintes membros do Conselho Municipal de Saneamento Básico - COMSAB: Laudelino de Bastos e Silva (SMMA); João Gaudêncio Neto (Gab. Prefeito); Murilo Custódio Oslame (FLORAM); José Paulo Vieira (SMTTDE); Alcino Caldeira Neto (SMCAM); Iara R. Magalhães (SMS); Carlos A. Pincelli (VISA); Francisco José Guedes Pimentel (CASAN); Wilson R. Cancian Lopes (COMCAP); Leandro L. Freitas (IPUF); Fernando C. Demetri e Rodrigo da Silva Vieira (ACIF); Eugênio L. Gonçalves e João Henrique M. Peixoto (Ass. Morad. Ent. Com.); Albertina da S. de Souza (UFECO); Djan P. de Freitas e Jaison L. de Souza (ABES/SC); Pablo Heleno Sezerino (UFSC); Leonardo Lacerda da Silva (SINTAEMA); Tatiana da Gama Cunha e Fabiane A. Tasca Goerl (Ent. relac. ao San. Básico, Maricultura e Meio Ambiente); Carlos B. Leite e Emerilson G. Emerin (SINDUSCON), totalizando dezoito (18) instituições do Conselho representadas na reunião, perfazendo um total de vinte e três (23) conselheiros. Também participaram da reunião: Aline Sardá, Ana Laura Souza, João Henrique Quissak Pereira, Ricardo Alexandre Nunes, Leandro Silva e Osnaldo da Cruz Junior (SMMA); Luan Casanova (Empresa Echoa) e a secretária executiva do COMSAB Paulina Korc, completando trinta e um (31) participantes. A 6ª Reunião Ordinária Virtual do COMSAB foi conduzida inicialmente pelo presidente em exercício, **Laudelino de Bastos e Silva** que, considerando haver quórum regimental necessário, confirmado pela secretária executiva do COMSAB, iniciou a reunião agradecendo a participação de todos, solicitou que façam o registro da participação no Chat e justificou a ausência dos seguintes conselheiros: Guilherme G. Pereira (FLORAM); Odilon Roman e Aroldo J. Costa (CREA/SC), sendo homologadas pelos conselheiros participantes. Dando prosseguimento à reunião, **Laudelino** colocou em apreciação as atas da 6ª Reunião Extraordinária virtual realizada no dia 05/08/2021 e da 5ª Reunião Ordinária virtual realizada no dia 29/07/2021, sendo aprovadas por unanimidade. Na oportunidade, o **Presidente** disse que foi convocado para uma reunião de emergência da SMMA, por conta de assuntos que estão ocorrendo na Secretaria e, para tanto, transferiu a presidência do COMSAB para esta reunião ao Engenheiro Ambiental **João Henrique Quissak Pereira** que, conforme previsto na pauta, discorreu brevemente sobre o histórico do Grupo Sanear Floripa. Rememorou que é um Grupo interinstitucional para regularização e fiscalização no setor de esgotamento sanitário no Município de Florianópolis - Grupo SANEAR FLORIPA, instituído pelo Decreto 18.850, de 08/08/2018. A grande ideia na constituição deste Grupo é a integração destes órgãos, a definição de responsabilidades e o estabelecimento de procedimentos para a atuação na fiscalização no setor de esgotamento sanitário. Em 2020 foi instituído novo decreto com a inclusão da Fiscalização de Obras da SMDU no Grupo Sanear Floripa (Decreto 21.132 de 03/02/2020), que participou das ações num período, mas não houve continuidade. **João H. Pereira** salientou que o Grupo Sanear tem três focos, sendo: i) Floripa Se Liga na Rede (eventos regionais)

com atuação da empresa contratada e da CASAN; ii) Fiscalização Blitz com envolvimento da VISA, FLORAM, CASAN e uma equipe de apoio do Floripa Se Liga na Rede; iii) Central única de denúncia, que está migrando da VISA para a Ouvidoria da Superintendência de Saneamento Básico/SMMA. Salientou que o Grupo Sanear chegou a tratar sobre uma política de esgotamento sanitário, de alguns regulamentos, porém este viés do grupo acabou não fluindo, permanecendo focado mais na fiscalização. No programa Floripa se Liga na Rede estão inclusos os tratos, tanto o Trato Pelo Capivari, quanto o Trato Pela Lagoa e outros que virem a acontecer. O Grupo Sanear tem três competências básicas: Incentivo às regularizações das edificações; Ações de fiscalização; Articular ações com os órgãos e entidades da administração pública municipal e da sociedade civil que contribuam para as políticas de desenvolvimento do setor de esgotamento sanitário. **João H. Pereira** também discorreu sobre a composição do Grupo Sanear, salientando que está sendo encaminhada à Secretaria Municipal da Casa Civil, minuta de um novo decreto, para inserir o novo trato bem como para alterar a nomenclatura de alguns órgãos por conta da reforma administrativa (LC 706/2021). Junto à minuta do decreto será encaminhado o Manual com todos os procedimentos, diretrizes, legislações aplicáveis, para se tornar público. **João Pereira** citou os órgãos que podem ser acionados/envolvidos no decorrer das ações do Grupo Sanear e, na sequência discorreu sobre os objetivos: Direcionar as denúncias referentes ao esgoto clandestino para uma central única; realizar os eventos regionais; realizar as ações de fiscalização. Cientificou os conselheiros sobre as diretrizes e ações em áreas atendidas por Sistemas de Esgotamento Sanitário (SES). Informou ainda que o Grupo Sanear elaborou um Termo de Referência (TR) para Contratação de empresa para execução de serviços técnicos especializados do Grupo Sanear, para apoio do serviço dos fiscais e o outro TR está em fase de conclusão que é referente à Contratação de laboratório especializado em serviços de coleta e análise de amostras de água bruta e tratada, efluente sanitário bruto e tratado e água do corpo receptor dos mananciais superficiais e subterrâneos do Município de Florianópolis. **João Pereira** cientificou também que as Blitz estão sendo realizadas de segunda a quinta-feira, no período matutino. Já as reunião de planejamento e avaliação do Grupo Sanear ocorrem toda quinta-feira, no período da tarde. Salientou que há muitas Ações Civis Públicas, tornando-se um dos grandes focos de atuação do Sanear. Na oportunidade informou que o atual coordenador do Grupo Sanear é o Diretor de Saneamento Osnaldo da Cruz Junior. **João Pereira** enfatizou que recentemente dois servidores da Prefeitura, Leandro Silva e Ricardo A. Nunes, encorparam a Diretoria de Saneamento e estão atuando no Grupo Sanear, junto com as equipes da Vigilância Sanitária, da CASAN e da FLORAM. Na sequência, **Luan Casagrande** da Empresa Echoa Engenharia discorreu sobre a atuação nas Blitz Sanear, salientando que grande parte das demandas partem de ACPs; ordens de serviço do programa Se Liga na Rede; demandas dos fiscais da VISA e FLORAM; Site do Se Liga na Rede que é o canal de denúncias; Lideranças comunitárias. A explanação discorreu sobre as áreas de atuação, salientando que não atua onde

tem o Trato Pelo Capivari e o Trato Pela Lagoa. Na sequência, cientificou sobre as atividades desenvolvidas. **João H. Pererira** destacou que quando os imóveis estão irregulares, dentro do Se Liga na Rede, a Blitz Sanear faz um trabalho mais ostensivo no sentido de sensibilizar os proprietários a regularizarem seus imóveis que estão lançando o esgoto na rede pluvial. Esse trabalho também está sendo realizado em conjunto com a CASAN em relação às caixas de gordura nas edificações. Em relação ao Se Liga na Rede, **João H. Pereira** informou que o Programa foi revisado, ampliando o patamar de exigência e, por consequência, melhorando a qualidade do trabalho e de inspeção. Na sequência, **Luan** explanou sobre o Programa Floripa Se Liga na Rede que atua com equipe de apoio (Sanear); Equipes de inspeção; Equipe de coordenação e Comunicação social. Em relação aos procedimentos do Programa, **Luan** informou que o evento regional é iniciado com a divulgação e entrega de comunicado no intuito de agendamento de inspeção, que pode ser agendada por meio de whatsApp ou no momento da entrega do comunicado. Na semana subsequente iniciam-se as inspeções pela equipe técnica que faz o teste com o corante em todo o sistema de esgoto do imóvel, sendo identificada a destinação do esgoto gerado em todo o imóvel, verificando também o sistema da caixa de gordura, caixa de passagem e a drenagem. Realizada a inspeção, a informação é repassada ao proprietário com orientação em relação às irregularidades e o motivo pelo qual o proprietário deve realizar as correções no imóvel, conscientizando-o sobre a importância da preservação ambiental. Tais informações são inseridas no geoprocessamento da Prefeitura. **Luan** informou ainda que, até a regularização total do imóvel é realizado contato com o proprietário por meio de Whats App e E-mail. Realizadas as correções no imóvel, o retorno é agendado pelo próprio proprietário e, quando a equipe faz a aferição das correções, entrega o certificado ao proprietário considerando que o imóvel está regularizado em relação ao sistema de esgoto sanitário. Em relação aos prazos, **Luan** disse que é de quinze dias o prazo, para imóvel conectado à rede pluvial, sem possibilidade de prorrogação. Para as demais irregularidades o prazo é de trinta dias, podendo ser prorrogados de acordo com a irregularidade. Terminado o prazo, a informação é repassada à fiscalização, podendo haver penalidades de acordo com a lei. Na sequência, discorreu sobre as formas de comunicação com os moradores da região. **Luan** informou os dados de inspeção da região do Centro, Coqueiros e Cachoeira do Bom Jesus, salientando que o percentual de regularização por conta da execução do Programa é de, em média, 23%. Conforme previsto na pauta, **Francisco Pimentel** discorreu sobre o Trato Pelo Capivari, executado pela Empresa Echoa Engenharia. Trata-se de um Programa de fiscalização, diagnóstico e conscientização ambiental no Ingleses com vistas a combater a poluição do Rio Capivari e buscar melhores índices de Balneabilidade na praia. A primeira edição foi em 2019/2020 e a segunda edição está sendo realizada no decorrer de 2021. O Trato tem parceria de muitos órgãos, dentre eles o Grupo Sanear (SMI, VISA, FLORAM, CASAN) e a comunidade. A sinergia entre os órgãos envolvidos dá o diferencial, salientou **Pimentel**. Também citou as ações desenvolvidas, sendo:

Inspeção e fiscalização; Mapeamento e diagnóstico; Testes de fumaça; Limpeza e mutirões; Orientação técnica; Atividades de educação ambiental. Informou ainda sobre as equipes de trabalho e os equipamentos utilizados. Em relação aos resultados da 1ª edição do Trato Pelo Capivari, **Francisco** informou que das dez mil, duzentas e cinquenta e uma (10.251) inspeções realizadas, cinco mil, setecentos e oitenta e um (5.781) imóveis estavam regularizados e, seiscentos e dezenove (619) imóveis foram regularizados como resultado do Programa. Também foi criado o aplicativo Esgotômetro para avaliar o nível ascendente de regularização diminuindo a quantidade de esgoto sendo lançado irregularmente. Em relação a Balneabilidade, consta no site do IMA que, entre os anos de 2016 e 2019, (meses de janeiro e março) todas as análises estavam resultando Imprópria para banho. Já no final de 2019 e em 2020 já reduziu consideravelmente para vinte e cinco por cento (25%) de análise para Imprópria. De certa forma, o Trato influenciou neste resultado positivo. Nos últimos meses do primeiro semestre de 2021, o resultado das análises deu Próprio para banho. **Pimentel** informou ainda sobre campanhas realizadas estimulando as pessoas para se regularizarem, bem como campanhas e eventos de educação ambiental. Por conta da pandemia, a equipe precisou se reprogramar para dar continuidade ao trabalho realizando inspeções seguras. Na sequência, explanou sobre os resultados da 2ª edição do Trato Pelo Capivari enfatizando que a irregularidade mais comum é em relação a caixa de gordura, chegando a 64% dos imóveis. Francisco informou sobre a parceria da arte urbana que somou ao Programa no intuito de sensibilizar a população. Na 2ª edição do Trato foram aplicadas quinze (15) autuações; quatro (4) multas e dezesseis (16) lacres, sendo dez (10) na mesma rua, salientou. **Francisco** mencionou as campanhas que estão sendo realizadas, sendo uma delas o Guia do Trato que estará sendo lançado em breve. Também tem parceria do Jornal Conexão com a Campanha Floripa Eu Curto, Eu Cuido. Encerrou a fala sobre o Trato Pelo Capivari salientando que o saneamento do Rio Capivari depende de todos. Na sequência, **Francisco** repassou as informações sobre o Trato Pela Lagoa, executadas pela Empresa TEC Civil Construções. Disse que as principais ações são basicamente as mesmas do Trato Pelo Capivari. São seis (6) equipes de trabalho que estão atuando no Trato, tendo como foco realizar cinco mil e oitocentas (5.800) inspeções no tempo de doze meses. Falou também dos equipamentos utilizados. Quanto ao monitoramento ambiental, **Pimentel** enfatizou que é um diferencial deste Trato, o qual avalia o índice da qualidade da água e o índice de estado trófico, com base em parâmetros estabelecidos. O monitoramento visual aéreo está previsto para ser realizado por veículo aéreo (drone). Informou que, até o momento, foram inspecionados mil, duzentos e setenta e oito (1.278) imóveis, identificando novamente que a principal irregularidade é relativa à caixa de gordura (67%). Na Lagoa foi realizado apenas o lacre de um restaurante, envolvendo a FLORAM. Quanto ao Esgotômetro, foram deixados de serem lançados no ambiente, 13,8 milhões de litros de esgoto. **Pimentel** disse que está sendo realizado teste de fumaça na região central da Lagoa e posteriormente também será realizado no Canto da Lagoa, buscando identificar

imóveis com o pluvial ligado na rede coletora de esgoto, gerando constantes extravasamentos na rede coletora da CASAN. Falou também de diversas campanhas de educação ambiental realizadas na região e finalizou a apresentação destacando que o saneamento da Lagoa da Conceição depende de todos. De acordo com a pauta, **Luan Casagrande** apresentou sobre o Portal do Sanear que é um sistema de informações desenvolvido pela Empresa Echoa Engenharia, para mapear e apresentar todos os dados de fiscalização e inspeção do esgoto em Florianópolis. Está disponibilizado no site da Prefeitura, na aba do Programa Se Liga na Rede. O Portal está em desenvolvimento, portanto, não está concluído, mas já é possível acessar pelo Link https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiY2M4ZDllODctMWUzNS00NzFjLThkYzEtYzg5OWM1MzlkYjA3IiwidCI6IjdmNmM1M2I4LWU3YTYtNGEyZi1iNTY5LWVjOTgzOTBiMmZiOSJ9&pageName=ReportSectionfaa01ccfc6e93a02c97d. O objetivo do Portal é compartilhar dados de interesse público relacionados ao saneamento básico e esgotamento sanitário de Florianópolis. Na sequência, **Luan** discorreu sobre as telas disponíveis no portal, como mapa das inspeções, bairro, tipo de imóvel, período em que foi realizado, número de inspeções, quantidade e tipos de irregularidades, dentre outras informações. Disse que será possível filtrar informações, de acordo com as necessidades. **Luan** enfatizou que também no Portal está retratado que a maior irregularidade é a ausência da caixa de gordura. A previsão é disponibilizar dados de outros programas neste Portal. Com o trabalho diário das inspeções e a transparência das informações à população, o objetivo é fomentar a cultura do saneamento e preservação do meio ambiente no Município de Florianópolis, engajando o cidadão ao longo do processo de regularização. **João Henrique Merten Peixoto** solicitou que ficasse registrado em ata o recebimento do documento remetido pelo conselheiro na data de 16/08/2021, sobre uma reunião realizada com a Comunidade do Monte Verde, mencionando dois pontos em relação a ETE João Paulo. O documento foi remetido à CASAN para manifestação. Dada a importância dos Tratos relatados, **Eugênio** sugeriu que fossem realizados Tratos para todos os rios do Município, utilizando os cinco por cento (5%) do Fundo Municipal de Saneamento Básico (FMSB) elaborando projetos para todos os rios de Florianópolis, como Rio Sangradouro, Rio Noca, Rio Tavares, os dois rios no bairro João Paulo e os demais rios. Em relação às apresentações, **Eugênio** disse que na sua avaliação, a metodologia dos programas está ótima, porém quanto à efetividade precisa melhorar, considerando que as irregularidades estão com percentual elevado. Disse que acompanha o Se Liga na Rede desde 2018, salientando que as irregularidades persistem, portanto, precisa de algo mais para tornar todo esse trabalho ser efetivo. Na oportunidade, questionou como é possível avançar nessa efetividade para elevar o percentual de regularidade. **Eugênio** disse que é preciso pensar alternativas para diminuir as irregularidades, salientando que o início e o meio do processo estão muito bem articulados, porém o fim merece mais atenção para que haja efetividade ampla da regularização do saneamento em Florianópolis. Neste sentido, **João Henrique Pereira** disse que há uns cinco anos a equipe percebe essa deficiência, salientando que é

o momento em que a ação da VISA e da FLORAM esgota a esfera administrativa e o processo é encaminhado para outro setor. Houve tratativas com Ministério Público porém sem sucesso e, atualmente, está sendo proposto que este vínculo seja definido junto à PGM para que haja esta atuação na esfera civil para buscar a regularização. Numa audiência pública na Lagoa das Docas, o Procurador Nórton disse que o encaminhamento destes processos poderia ser realizado pela PGM. Sendo assim, foi remetido ofício ao Procurador Geral Dr. Poletto, expondo a situação, porém ainda não foi obtida resposta. Outra questão apontada pelo **João H. Pereira** é que os programas, tanto Se Liga na Rede, como os dois Tratos, tem capacidade muito grande de processar, considerando haver várias equipes. Porém, quando os proprietários não se regularizam dentro do prazo, os processos são remetidos à CASAN, VISA ou FLORAM. Quando as irregularidades chegam nestes órgãos, a capacidade de processamento é muito ínfima pela falta de recursos humanos, exemplificando que a VISA tinha apenas uma fiscal e foi ampliada para três pessoas. O terceiro ponto abordado por **João H. Pereira** é que o programa Se Liga na Rede vai passando e alguns imóveis acabam ficando inconclusivos, por diversos motivos. Para tanto, a proposta é de que o novo TR do Grupo Sanear atue direto nesta demanda onde a VISA não conseguiu intimar, ou não conseguiu encaminhar as informações pelo correio, ou o proprietário não informou que regularizou o imóvel. Quando o proprietário não informa que fez as adequações solicitadas, o programa não consegue concluir a ordem de serviço, permanecendo o imóvel como irregular. **João H. Pereira** salientou que com este TR avalia que, em médio prazo, os números de imóveis regularizados tendem a crescer. Na oportunidade, informou que, por conta da pandemia, a VISA teve que priorizar as demandas da saúde e, agora que está retomando os programas do Sanear. Enfatizou que as intimações emitidas pela VISA acabam apressando os proprietários a regularizar o imóvel. **Djan** se manifestou salientando que na região central de Florianópolis, menos de dez por cento (10%) dos imóveis estavam irregulares, salientando que esta região tem rede coletora de esgoto desde a década de 1990, o que demonstra a importância deste programa de fiscalização. **Djan** exemplificou a importância deste programa pois, por meio da inspeção, pode ser identificado algum problema no imóvel, inclusive desconhecido pelo proprietário. Parabenizou pelo trabalho que está sendo executado e salientou que deveria haver mais equipes para atender todo o Município de maneira mais rápida. **João H. Pereira** falou sobre três aspectos dos munícipes: i) Tem o pessoal que não tem conhecimento sobre a rede coletora de esgoto e a situação do imóvel; ii) O pessoal que não tem condições financeiras para regularizar o imóvel, por isso será importante o resgate do Cartão Se Liga na Rede; iii) E tem o pessoal que não quer se regularizar, onde a fiscalização tem que atuar. Por fim, **João H. Pereira** destacou que todos estes programas impactam positivamente na qualidade do meio ambiente. Em relação aos morros, **Djan** salientou que um dos problemas destes moradores é a falta de recurso financeiro para conseguir se regularizar. Já em relação aos problemas recorrentes, **Djan** disse que há os que poluem por má fé, exemplificando a retirada do

sifão da caixa de gordura, ou por falta de conhecimento. **José Paulo Vieira** enalteceu o trabalho executado pelos programas e salientou que, como morador dos Ingleses, a equipe realizou a inspeção no seu imóvel o qual fez as adequações solicitadas pelo programa e está aguardando receber a certificação do imóvel. Enfatizou que Programa Trato Pelo Capivari está sendo muito positivo, salientando que neste ano muitos pescadores conseguiram desenvolver sua atividade pesqueira na boca do Rio Capivari, em comparação aos outros anos. **Francisco Pimentel** falou da satisfação em ouvir sobre o aumento da quantidade de peixes nas imediações do Rio Capivari, bem como a melhoria da balneabilidade, salientando que este é o objetivo do programa. Destacou que a fiscalização precisa ser permanente e concordou com a colocação do conselheiro Eugênio e do engenheiro ambiental João H. Pereira sobre a necessidade de focar mais na efetivação dos programas. **Pimentel** falou das situações desafiadoras que precisam evoluir na discussão como a regularização dos imóveis nos morros, a falta de recursos financeiros dos moradores, dentre outras. **Luan** agradeceu pelo espaço disponibilizado pelo Conselho e salientou que o número de imóveis irregulares é bem alto o qual se dá pela quantidade de irregularidades que são identificadas em cada imóvel, que vai desde o esgoto sendo despejado na rede pluvial até uma infiltração em caixa de gordura ou caixa de passagem, tampa inadequada, o que já caracterizam o imóvel como irregular, o que acaba prejudicando a quantificação dos imóveis irregulares. **Luan** enfatizou que o proprietário precisa solicitar o retorno da equipe para fazer a aferição das adequações realizadas no imóvel para efetivar a certificação. Por fim, disse que também concorda com a necessidade da efetivação dos programas. Finalizada esta pauta, **João H. Pereira** passou a palavra ao **Eugênio** que solicitou a disponibilização dos seguintes documentos: Em relação ao Termo Aditivo ao Contrato 09/COMCAP/2021: 1) Ofício nº 223/COMCAP/DP/DAF/ASAD/2021; 2) Parecer nº 47/SMI/ASSJUR/2021 - da Assessoria Jurídica da Secretaria Municipal de Infraestrutura na deliberação do Comitê Gestor nº 0279/2021; 3) Dispensa de licença 13/SMA/DSLC/2021. Em relação ao Termo Aditivo ao Contrato nº 37/COMCAP/2021: 1) Parecer nº 47/SMI/ASSJUR/2021 – Assessoria Jurídica SMI; 2) Oficio nº 223/COMCAP/DP/DAF/ASSAD/2021; 3) Deliberação do Comitê Gestor nº 0279/2021; 4) Dispensa de Licitação 16/SMA/DSLC/2021, relativos a contração por dispensa de licitação da Empresa Amazon Fort Soluções Ambientais e Serviços de Engenharia EIRELI – 84.892.282/0001/43. Para tanto, **João H. Pereira** disse que a secretária executiva repassará a solicitação ao Presidente do Conselho. A pedido do Presidente do Conselho, **Paulina** informou que está agendada para o dia 23/09, reunião extraordinária para tratar sobre drenagem e no dia 30/09 será a próxima reunião ordinária. Nada mais havendo a tratar, **João Henrique Quissak Pereira** agradeceu a participação de todos e encerrou a reunião e eu, **Paulina Korc**, redigi a presente ata.

ANEXO

Florianópolis, 16 de agosto de 2021

Prezado Sr. Laudelino de Bastos e Silva, Presidente do COMSAB, e demais colegas Conselheiros:

Dia 12 de Agosto fui convidado e participei juntamente com a Dra. Ester Addison (AMOCAPÉ) de uma reunião com moradores na Associação dos Moradores de Monte Verde, APROCOM, onde estavam presente várias lideranças locais. O objetivo da reunião foi avaliar a implantação da nova ETE no João Paulo e os possíveis resultados para o bairro do Monte Verde e Saco Grande.

Pelo que pude constatar na reunião, não há uma resistência a implantação da nova ETE na região, mas sim uma preocupação quanto ao real benefício que a mesma trará para os dois bairros e ao meio ambiente que o circunscreve, em função do plano de implantação desenhado pela Casan e do processo de urbanização descontrolada que os dois bairros estão sofrendo.

Abaixo está a figura com a área beneficiada extraída do site da Casan.

252

Legenda

- Implantação Imediata (Recursos JICA)
- Implantação Futura
- Área Executada

Dois pontos principais foram levantados nessa reunião que eu gostaria de repassar para os senhores para que, com o auxílio do CONSAB, obtivéssemos um posicionamento da Casan e da Prefeitura sobre os mesmos:

1. A urbanização descontrolada que os dois barros estão sofrendo ampliou muito o número de residências e moradores nos últimos anos e pode não estar sendo registrada nas estatísticas oficiais do Município utilizadas pela Casan. Nesse caso a implantação da ETE do João Paulo já estaria nascendo com capacidade insuficiente para atender essas regiões. Observa-se na margem direita da figura acima, que a urbanização "clandestina" está subindo os morros e inclusive ocupando áreas embaixo do linhão da Celesc.

2. As várias fases de implantação estariam dando prioridades para regiões dos bairros cujas edificações já contém sistemas de disposição de efluentes relativamente funcionais (mini ETEs ou fossa sanitária com sumidouro ou filtro anaeróbico), que pouco comprometem o meio ambiente local, deixando para um momento mais distante regiões onde o esgoto está a céu aberto ou sendo despejado diretamente nos córregos existentes. Em ocorrendo esse planejamento, os resultados a serem aferidos pela implantação da nova ETE no meio ambiente adjacente seriam pouco identificáveis por não estarem atendendo os principais focos de poluição local.

Em função do exposto acima, peço ao Sr. Laudelino de Bastos e Silva, Presidente do CONSAB, que possibilite a inclusão desse documento na Ata da próxima reunião ordinária do Conselho e que o tema seja debatido brevemente pelos Conselheiros para avaliar que encaminhamento poderia ser dado aos dois pontos levantados.

Atenciosamente

João Henrique Peixoto

Conselheiro Suplente

253